

Processos educativos “formais”, “não formais” e “informais” e suas relações com os diferentes contextos educacionais: uma discussão necessária

“Formal”, “non-formal” and “informal” educational processes and their relationships with different educational contexts: a necessary discussion

Daniela Bertolucci de Campos¹
Universidade Estadual de São Paulo
dbertoluccicampos@gmail.com

Rosa Maria Feiteiro Cavalari²
Universidade Estadual de São Paulo
r.cavalari@unesp.br

Resumo: No presente artigo trazemos uma revisão da literatura nacional e internacional a respeito da caracterização de processos educativos enquanto “formais”, “não formais” e “informais”, e suas possíveis relações com os contextos educacionais escolares e não escolares. Embora o emprego desses termos seja bastante utilizado na literatura, evidenciamos que suas definições apresentam fronteiras tênues, principalmente em relação aos processos educativos caracterizados enquanto “não formais”, cuja caracterização é controversa. Nesse sentido, apresentamos a possibilidade de utilização do descritor “contexto educacional” para a melhor definição dos espaços e público-alvo nos estudos em educação. Longe de resolver a questão conceitual que permeia a temática, a revisão se faz necessária para aprimorar a caracterização de estudos de processos educativos e propor ações direcionadas, tanto no que concerne ao público-alvo como no espaço e atuação do educador, resultantes do processo de reflexão/considerações do trabalho de pesquisa educacional.

¹ Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, São Paulo, Brasil.

² Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, São Paulo, Brasil.

Palavras-chave: Contexto educacional escolar; Contexto educacional não escolar; Educação não formal.

Abstract: In this article we bring a review of the national and international literature regarding the characterization of educational processes as “formal”, “non-formal” and “informal” and their possible relationships with school and non-school educational contexts. Although the use of these terms is widely used in the literature, we evidence that its definitions have tenuous limits, especially in relation to educational processes characterized as “non-formal”, whose characterization is controversial. In this sense, we present the possibility of using the descriptor “educational context” to better define spaces and target audiences in education studies. Far from solving the conceptual issue that permeates the theme, a review is necessary to improve the characterization of studies of educational processes and targeted proportions, both with regard to the target audience and in the space and performance of the educator, processing the reflection process / considerations of educational research work.

Keywords: School educational context. Non-school educational context. Non-formal education.

Introdução

Caracterizar processos educativos “formais”, “não formais” e “informais”, sobretudo os “não formais”, se constitui em uma tarefa complexa. Alguns autores, na tentativa dessa classificação, consideram como critério os espaços utilizados no processo educativo, outros a intencionalidade do ato, outros os objetivos e interesses do sujeito envolvido entre outras características. Nesse sentido, muitas vezes a utilização dos termos formal, não formal e informal são utilizados de maneira controversa, não existindo uma definição consensual na literatura (MARANDINO, 2017).

Apesar de não haver um consenso entre os autores quanto à definição desses termos, neste artigo apresentaremos uma revisão da literatura nacional e internacional a respeito das possíveis distinções entre “educação formal”, “não formal” e “informal”, buscando a partir desta exposição aproximações com os termos “contexto educacional escolar” e “contexto educacional não escolar”, sobretudo com este último, caracterizando-os e justificando a opção de emprego dos mesmos em investigações educacionais. Apresentaremos elementos elencados por diferentes autores na tentativa desta distinção a respeito das finalidades e intencionalidade do ato educativo, das metodologias, dos espaços, da duração, estruturação, universalidade e atuação dos educadores, entre outros elementos. Sobretudo em relação aos processos educativos caracterizados enquanto “não formais”, cuja definição é controversa, apresentamos a possibilidade de utilização do termo “contexto educacional não escolar”, na tentativa de melhor

delineamento de espaços educativos, propiciando maior clareza e definição para fins de pesquisa educacional e seus desdobramentos.

Os apontamentos contidos no presente artigo representam um recorte de uma pesquisa de doutorado, do tipo “estado da arte”, cujo intuito foi investigar a produção acadêmica em teses e dissertações a respeito de projetos de Educação Ambiental em “contextos educacionais não escolares”, cuja opção pela utilização do termo e revisão da literatura foram imprescindíveis para a constituição do *corpus* documental, delineamento da pesquisa, considerações e direcionamentos dos resultados obtidos na investigação educacional empreendida.

“Educação formal”, “não formal” e “informal”: fronteiras tênues

O termo “educação não formal” tornou-se parte do discurso internacional no final da década de 1960 (EVANS *et al*, 1979; TRILLA 1999, TRILLA, 2008, MFUM-MENSAH, 2003). Marandino (2017) afirma que nessa época o sistema de educação formal, em especial dos países em desenvolvimento, “apresentava uma lenta adaptação às mudanças socioeconômicas em curso, exigindo que diferentes setores da sociedade se articulassem para enfrentar as novas demandas sociais” (MARANDINO, 2017, p. 812).

Philip Coombs é apontado como um dos autores mais precoces na utilização do termo (EVANS *et al*, 1979; TRILLA 1999, TRILLA, 2008, MFUM-MENSAH, 2003). Em sua obra intitulada “*The World Education Crisis*” (1998) Coombs enfatizou a necessidade de desenvolver meios educacionais diferentes dos convencionalmente escolares a fim de superar a crise na educação em nações em desenvolvimento (TRILLA, 2008, MFUM-MENSAH, 2003). Após esta publicação houve esforços em âmbito internacional na tentativa de definição e caracterização do termo “educação não formal”, incluindo organizações como UNICEF e UNESCO (EVANS *et al*, 1979; MFUM-MENSAH, 2003). Em 1974 Coombs e Ahmed publicaram a obra intitulada “*Attacking rural poverty: How non formal education can help*” na qual distinguem uma tripartição da educação: educação informal, educação não formal e educação formal (COOMBS e AHMED, 1974, p. 8), reconhecendo que existe considerável convergência e interação entre os três tipos. Listamos abaixo os conceitos de educação informal, educação formal e educação não formal propostos por Coombs e Ahmed (1974), pois se caracterizam como uma definição clássica que tem sido amplamente utilizada por muitos educadores:

Compreendemos a **educação informal** enquanto o processo ao longo da vida pelo qual cada pessoa adquire e acumula conhecimentos, habilidades, atitudes e descobertas através de experiências do cotidiano e exposição ao ambiente - em casa, no trabalho, no lazer; através do exemplo e atitudes de familiares e amigos; de viajar, ao ler jornais e livros; ou ouvindo o rádio, assistindo filmes ou televisão. Geralmente, a educação informal é desorganizada e muitas vezes não sistemática; no entanto, é responsável pelo grande volume de aprendizado total da vida de qualquer pessoa - inclusive a de uma pessoa altamente "escolarizada".

A **educação formal** é, evidentemente, o "sistema educativo" altamente institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado, abrangendo desde o ensino primário até o curso superior universitário.

A educação **não formal** seria qualquer atividade educacional organizada, sistemática, realizada fora da estrutura do sistema formal, para fornecer tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos específicos da população, adultos e crianças. A educação não formal assim definida inclui, por exemplo, programas de extensão agrícola e de capacitação de agricultores, programas de alfabetização de adultos, capacitação ocupacional ministrada fora do sistema formal, clubes juvenis com propósitos educacionais substanciais e vários programas comunitários de educação em saúde, nutrição, planejamento familiar, cooperativas e afins (COOMBS e AHMED, 1974, p. 8, tradução livre, grifos do autor).

Segundo Marandino (2017) a tripartição em “educação informal”, “educação formal” e “educação não formal” está muito presente no contexto latino americano, recebendo influência dos movimentos de educação popular intensificados nas décadas de 1960 a 1980, “sendo o termo não formal muitas vezes associado a iniciativas educativas de natureza política e com objetivo de transformação social que marcaram esses períodos” (MARANDINO, 2017, p. 812).

Maria da Glória Gohn, especialista brasileira com várias publicações que abordam esta temática, ressalta que usualmente a educação não formal é definida pela negatividade, ou seja, pelo que ela não é, ou seja, aquela que contrapõe a educação formal - educação escolar (GOHN, 2014). Buscando a definição desses termos, segundo a autora, a educação formal é aquela “desenvolvida nas escolas, em instituições regulamentadas por lei, certificadoras e organizadas segundo diretrizes nacionais” (GOHN, 2006, p. 29) com conteúdos previamente demarcados, com ambientes normatizados, regras e padrões comportamentais definidos previamente (GOHN, 2006; 2014).

Na educação não formal geralmente a participação dos indivíduos é optativa e o contexto tem um papel relevante caracterizando-se enquanto cenário / território de pertencimento dos envolvidos no processo educativo. Já a educação informal é aquela que as pessoas aprendem durante seu processo de socialização “ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento” (GOHN, 2014, p. 40); este processo educativo ocorre em “ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados” (GOHN, 2006, p.29).

Segundo Gohn (2006, 2014) a principal diferença entre a educação não formal e a informal é que na primeira há uma intencionalidade na ação educativa, ou seja, os indivíduos têm uma vontade, tomam uma decisão de realizá-la e buscam os caminhos e procedimentos para tal; desta maneira o aprendizado gerado e compartilhado não é espontâneo. Além de sistematizada e intencional, apresenta outras características tais como atuação sobre aspectos subjetivos de um grupo, formação da cultura política do mesmo, pode auxiliar na construção da identidade coletiva e desenvolver entre os integrantes laços de pertencimento (GOHN, 2006, 2014).

O espaço onde ocorre o processo educativo parece ser secundário para a diferenciação entre educação formal e não formal segundo Gohn. Em publicações anteriores a autora admite a possibilidade de as práticas

em educação não formal poderem ser desenvolvidas em espaços múltiplos, como associações de bairro, igrejas, sindicatos, partidos políticos, espaços culturais, ONGs, inclusive nas próprias escolas (GOHN, 1999a, 1999b). Em momento posterior a autora passou a considerar o espaço enquanto elemento relevante na diferenciação entre educação não formal e formal: “na educação não formal os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, *fora das escolas*, em locais informais” (GOHN, 2006, p. 29, grifo nosso), evidenciando que na instituição “escola” não poderia ocorrer este tipo de educação. Já em publicações mais recentes percebemos uma flexibilidade em relação aos possíveis locais de desenvolvimento das práticas educativas não formais; ao afirmar que a mesma pode se desenvolver “usualmente extramuros escolares” (GOHN, 2009, p. 31; GOHN 2014, p. 41) a autora não determina que este tipo de educação não pode ocorrer no interior de instituições educativas formais (escolas, por exemplo) e nem extingue esta possibilidade. Conforme explicitado no parágrafo anterior, para Gohn a principal diferenciação dos termos formal e não formal advém das características do processo educativo, tais como objetivos e intencionalidade, e do sujeito que busca esta educação; o local de desenvolvimento da prática educativa parece representar um elemento menos importante nesta diferenciação.

Gadotti (2005), assim como Gohn (1999, 2006, 2010, 2014), ressalta a importância da intencionalidade do ato educativo, da organização e sistematização presentes tanto na “educação formal” quanto na “não formal”. Na diferenciação entre os dois tipos o autor enfatiza duas categorias: tempo e espaço. Na educação não formal o tempo da aprendizagem é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um. Os espaços da educação formal (escolares) são marcados pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade; já na educação não formal os espaços são marcados pela descontinuidade e podem ser múltiplos, considerando inclusive os espaços escolares como locais possíveis da mesma ser oferecida. Assim exposto percebemos que a diferenciação entre “educação formal” e “não formal” proposta por Gadotti (2005) apresenta várias semelhanças com a concebida por Gohn (2014): “Uma das características da educação não formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços”. (GADOTTI, 2005, p. 2).

Trilla (2008) aponta como critérios mais recorrentes para a diferenciação da “educação formal”, “não formal” e “informal” a intencionalidade do agente e o caráter metódico e sistemático do processo educativo, porém, para o autor, os critérios de “diferenciação” e de “especificidade da função ou processo educacional” delimitariam com maior precisão a fronteira entre as duas primeiras com a “informal”. Quando o processo educativo ocorre “indiferenciada e subordinadamente a outros processos sociais, (...) quando é imanente a outros propósitos, quando carece de um contorno nítido, quando se dá de maneira difusa” (TRILLA, 2008, p. 37) estamos diante de um caso de educação informal. Sendo a “educação formal” e “não formal” marcadas por processos diferenciados e específicos, com objetivos explícitos, a fronteira entre ambas estaria definida principalmente pelo critério estrutural. Pelo critério estrutural a definição de “formal” e “não formal” estaria relacionada a “inclusão ou exclusão do sistema educativo regrado”, ou seja, trata-se de uma “distinção administrativa, legal” (TRILLA, 2008, p. 40). O formal seria “aquilo que é definido, em cada país e em cada momento, pelas leis e outras disposições administrativas; o não formal é aquilo que permanece à margem do organograma do sistema educacional graduado e hierarquizado” (TRILLA, 2008, p. 40).

Segundo Trilla (2008) o espaço no qual ocorrem os diferentes tipos educacionais parece não ser importante para a caracterização; apresenta inclusive a escola enquanto âmbito para o desenvolvimento de diversas propostas educacionais não formais. O autor assim define “educação não formal”: “conjunto de processos, meios e instituições específica e diferenciadamente concebidos em função de objetivos explícitos de formação ou instrução não diretamente voltados à outorga dos graus próprios do sistema educacional regrado” (TRILLA, 2008, p. 42).

Em relação às finalidades educacionais da “educação informal” e “não formal” Gohn (2006) destaca à educação informal o processo de socialização dos indivíduos, o desenvolvimento de hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem; já a educação não formal, apresenta alguns de seus objetivos próximos da educação formal, “como a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via a forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas” (p. 33); entretanto a autora afirma a ausência de uma definição mais clara de funções e objetivos deste tipo de educação.

Gohn (2010) diferencia a educação não formal de outras propostas de educação que frequentemente remetem associação a ela, tais como educação popular, educação social, educação para a vida, entre outras, defendendo a concepção de que a educação não formal não compreende um recorte socioeconômico dos educandos, também não é voltada prioritariamente à capacitação para o trabalho e não tem como finalidade contrapor a educação formal.

Coombs e Ahmed (1974) equalizam a concepção de educação com aprendizagem, “independentemente de onde, como ou quando a aprendizagem ocorre”. Nesse sentido, segundo os autores “a educação é obviamente um processo contínuo, abrangendo os anos desde a primeira infância até a idade adulta e, necessariamente, contemplando grande variedade de métodos e fontes” (COOMBS e AHMED, 1974, p. 8, tradução livre). A esse respeito, Marandino (2017) aponta que para Gohn a concepção de educação é mais ampla do que a de aprendizagem e se associa ao conceito de cultura, constituindo-se em um processo com várias dimensões, relativas à

[...] aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio de aprendizagem de habilidades; aprendizagem e exercício de práticas que habilitam os indivíduos a se organizarem com objetivos voltados para a solução de problemas coletivos; aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, em formas e espaços diferenciados; e educação desenvolvida na e pela mídia, em especial a eletrônica (MARANDINO, 2017, p. 812).

Nesse sentido, Gohn (2010) define a educação não formal enquanto

um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para a sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve

organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p. 33).

Vázquez (1998) ao analisar as definições dos conceitos de educação informal, educação formal e educação não formal propostos por Coombs e Ahmed (1974) ressalta uma rede de relações, de semelhança e de contraposição baseado em quatro critérios, a saber: duração, universalidade, instituição e estruturação. Segundo o autor, os critérios mencionados seriam suficientes para distinguir os três tipos de processos educativos, bem como o critério da intencionalidade educativa, presente na educação formal e não formal.

De acordo com as proposições de Vázquez (1998), referindo-se ao critério “duração”, a “educação informal” teria duração ilimitada, já que ocorre ao logo da vida; a educação “formal” e a “não formal” apresentariam limites definidos, sendo a primeira definida em anos, ciclos, períodos ou créditos e a segunda está limitada a duração temporal da atividade educativa. Pelo critério da “universalidade”, a “educação informal” atinge a todas as pessoas, pois dentro de certos limites, mantém a capacidade de adquirir e acumular aprendizagens ao longo da vida; na “educação formal” a universalidade ocorre dentro de determinados limites, muitas vezes apenas em alguns de seus níveis de ensino; já a “educação não formal” pode abranger todas as pessoas, no entanto é específica a um determinado grupo de pessoas com características ou interesses comuns. Em relação ao critério “instituição” a “educação informal” seria não institucionalizada ou a menos institucionalizada (considerando a família enquanto instituição); a “educação formal” seria absolutamente institucionalizada em qualquer de seus níveis e formas de organização e é a única que se desenvolve em uma instituição específica – a escola; a “não formal” pode se desenvolver no interior de organizações tais como igrejas, hospitais, museus ou fora delas, como por exemplo em parques. Em relação ao último critério, “estruturação”, a “educação informal” não apresenta uma estrutura formal; a “formal” e a “não formal” seriam ambas organizadas e estruturadas, porém a primeira seria a mais estruturada de todas as formas de educação.

Além dos quatro critérios descritos, Vázquez também aponta a intencionalidade do ato educativo como importante elemento para a distinção entre os tipos de educação: ao contrário da educação “formal” e “não formal”, a “informal” não apresenta caráter intencional. Nos critérios definidos pelo autor e pelos exemplos citados não fica claro se processos educativos “não formais” podem se desenvolver em espaços escolares.

Em relação às metodologias, “a educação informal tem como método básico a vivência e a reprodução do conhecido, a reprodução da experiência segundo os modos e as formas como foram apreendidas e codificadas” (GOHN, 2006, p. 31). Na educação não formal, como há intencionalidades nos processos e espaços, “há caminhos, percursos, metas, objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente” já que “o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam a educação não formal”, porém a autora ressalta que é necessária uma sistematização das metodologias utilizadas no trabalho educativo (entendidos enquanto métodos, estratégias e técnicas de ensino-aprendizagem) bem como a “construção de metodologias” que possibilitem o acompanhamento do trabalho que vem sendo realizado e de instrumentos metodológicos de avaliação e análise (GOHN, 2006, p. 31). Trilla (2008) ressalta que pelo fato de a “educação não formal” não estar

subordinada ao sistema de ensino regado e por seu caráter não obrigatório facilita o emprego de determinadas metodologias, “geralmente mais flexíveis, participativas e adaptáveis aos usuários concretos e as necessidades específicas” (TRILLA, 2008, p. 42).

Quanto aos educadores que atuam nos diferentes processos educativos “formais” “não formais” e “informais”, sua caracterização e atuação, tomaremos por referência Gohn (2006, 2010) e Trilla (1985, 2008). Na educação “informal” os educadores geralmente são os pais, a família, amigos, vizinhos, pessoas diversas do convívio social dos indivíduos, além dos meios de comunicação de massa, por exemplo. Na educação “formal” a figura do educador é representada pelo professor. Na educação “não formal” o educador, também conhecido por mediador, facilitador, animador ou agente pode ser um profissional com diferentes formações, semiprofissionalizados, amadores e/ou voluntários. Neste aspecto, a educação “formal” exige um perfil profissional de formação deste educador, fato que não acontece no recrutamento de educadores que atuarão em processos educativos “não formais”, podendo atuar desde profissionais com formação pedagógica ampla até educadores formados em cursos/seminários preparatórios de curta duração para tal finalidade. Gohn (2010) atenta para a formação de “educadores sociais” para atuar em processos educativos “não formais”. Estes educadores devem ser formados para se constituírem enquanto elementos estratégicos na educação não formal, para que incluam em sua prática pedagógica os valores das comunidades alvo de sua atuação e que esta se dê a partir de um compromisso social.

Trilla (2008) estabelece possíveis relações entre a educação “formal”, “não formal” e “informal”, que podem ser de complementaridade, de suplência, de substituição, de reforço e colaboração e também de interferência e contradição, já que as diferentes experiências educacionais nem sempre são convergentes já que podem apresentar valores conflitantes ou com interesses opostos. Diferentemente de Trilla (2008), Gohn (2010) não admite relações de substituição da “educação formal” pela “não formal”: “em hipótese NENHUMA ela substitui ou compete com a educação formal, escolar” (GOHN, 2010, p.39, destaque da autora) indicando que a mesma poderia apenas ajudar na complementação da “educação formal”.

Conforme apontado nos parágrafos anteriores, na concepção de Gohn, além das características próprias elencadas a respeito da educação não formal, a autora elege o sujeito do processo educativo em sua distinção entre educação formal, não formal e informal, pois depende de suas intencionalidades e objetivos, não se restringindo aos espaços educativos que podem ser utilizados no processo (MARANDINO, 2017). Nesse sentido é possível admitir que em um mesmo espaço possa ser desenvolvido diferentes processos educativos, ou seja, em uma escola, por exemplo, é possível coexistir práticas de “educação formal”, de “educação não formal” e de “educação informal”, como apontado por autores como Gadotti (2005) e Trilla (2008). Entretanto, como foi exposto nesta breve revisão, ainda em relação aos espaços nos quais a educação não formal pode ser desenvolvida, há autores que não deixam explícito se a mesma pode ocorrer no interior da instituição escolar (COOMBS e AHMED, 1974; VÁSQUEZ, 1998). A evolução da definição conceitual acerca do espaço no qual podem ocorrer as práticas de educação não formal proposta por Gohn em diferentes trabalhos (1999, 2006, 2009, 2014) merece ser destacada. Outro ponto a ressaltar é a polissemia do termo “educação não formal” apresentado nesta revisão, bem como o cuidado de não superestimá-la ao destacar suas virtudes e potencialidades, evitando abordar possíveis riscos e problemas, como aponta Trilla (2008).

Segundo o autor a “educação não formal” muitas vezes com sua aparência de panaceia, pode contribuir para “dissimular seus próprios defeitos” (TRILLA, 1985, p. 143).

Contextos educacionais escolares e não escolares: definindo espaços e relações

Como constatado na seção anterior, não há uniformidade nas definições e terminologias utilizadas quando trata-se de categorizar os processos educativos em “formais”, “não formais” e “informais”, no entanto, em grande parte da literatura nacional esta terminologia ainda é a mais utilizada (MARQUES e FREITAS, 2017). Quando o assunto é pesquisa educacional, “tal diversidade constitui um desafio para os pesquisadores e agentes educativos na altura de classificar e definir as atividades, programas ou projetos em causa” (MARQUES e FREITAS, 2017, p.1107).

Há processos educativos que podem ser desenvolvidos em ambos contextos educacionais (escolar e não escolar) no entanto, a utilização destes termos por ser menos controversa, apresenta ser um caminho interessante ao que concerne definir os espaços educativos nas pesquisas educacionais. Nesse intuito, o termo “contexto educacional” é empregado por alguns pesquisadores e grupos de pesquisa, incluindo pesquisadores em Educação Ambiental do projeto interinstitucional “A Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (dissertações e teses)” - “EArte” e também pelo Grupo de discussão de Pesquisa (GDP) “Educação Ambiental em contextos não escolares” dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA).

Os pesquisadores do projeto “EArte” utilizam “contexto educacional” enquanto descritor. Entende-se por “descritor” um termo empregado para indicar os aspectos a serem observados na classificação / descrição da produção acadêmica e na análise de suas características (MEGID NETO, 1999).

O descritor “contexto educacional escolar” compreende processos educativos desenvolvidos no âmbito escolar formal, institucionalizado, ou seja, vinculados diretamente às modalidades: regular, educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, educação profissional e tecnológica. A modalidade “regular” abrange o contexto escolar formal em que se inserem as crianças, jovens ou adultos em fase escolar, compreendendo os seguintes níveis escolares: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior; neste último, inclui-se processos educativos realizados no âmbito da graduação, pós-graduação e extensão universitária. A modalidade “educação profissional e tecnológica” inclui processos educativos desenvolvidos em cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante, subsequente), cursos técnicos modulares ou sequenciais e cursos de tecnologia em nível de graduação (EARTE, 2021). Nos casos de educação à distância, nos quais o desenvolvimento do processo educativo pode não acontecer fisicamente no interior das instituições, permanece a denominação “contexto escolar”, já que o vínculo educativo está diretamente relacionado à educação formal, em suas diferentes modalidades e níveis, previstos em lei.

Como anteriormente explanado, os espaços educativos considerados enquanto “não formais” são os que mais apresentam controvérsias em relação à sua definição, finalidades e intencionalidade do ato

educativo, das metodologias, dos espaços, da duração, estruturação, universalidade e atuação dos educadores.

Na pesquisa educacional quando o intuito é analisar processos educativos desenvolvidos em espaços outros que não a escola; que esses processos não apresentassem relações de complementaridade ou colaboração com a educação formal e considerando que a expressão “espaços não formais” pode compreender múltiplos espaços, “usualmente extramuros da escola” (GOHN, 2010, 2014), porém com a possibilidade de abranger inclusive o espaço escolar, consideramos pertinente apontar a utilização do descritor “contexto educacional não escolar” para a melhor definição dos espaços educativos objetos da investigação educacional.

Os pesquisadores do EArte definem o descritor “contexto educacional não escolar” enquanto aquele que “identifica elementos que evidenciam o direcionamento do trabalho para processos educativos não escolarizados ou relacionados à educação informal ou não formal, visando a população em geral, ou grupos populacionais específicos” (EARTE, 2018).

O Grupo de Discussão e Pesquisa (GDP) “Educação Ambiental em contextos não escolares” dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEAs) é um relevante espaço de discussões entre os pesquisadores de Educação Ambiental em contextos não escolares, desde 2011, a partir do VI EPEA. Desde então o GDP “Educação Ambiental em contextos não escolares” busca coletivamente a discussão acerca da Educação Ambiental em diferentes contextos e suas especificidades.

Por ocasião do VI EPEA em 2011 em uma discussão acerca do termo “contexto” este foi definido como “um espaço de acontecimento social que não se limita por barreiras físicas, mas por territorialidades fluidas e intencionalidades próprias que transcendem aspectos de lugar” (HIGUCHI *et al*, 2012, p.120). Nessa compreensão o conceito de “não escolar” não estaria necessariamente relacionado a um processo educativo que ocorre em ambientes diferentes da escola, ou seja, a intencionalidade do ato educativo e suas características é quem determina o contexto educacional: “Assim, a escola, como lugar formal, pode conter tanto a educação “escolar-formal” quanto a “não escolar-não formal e informal”. O termo contexto pode auxiliar nesse entendimento livrando-se de amarras físicas para transcender os espaços criados dentro de um lugar distinto” (HIGUCHI *et al*, 2012p. 121).

Observamos que naquele primeiro momento de discussão sobre a especificidade do contexto a ser trabalhado no GDP “se fizeram sublinhando a inter-relação entre o “formal” e o “não formal” da ação educativa e de certa preponderância da natureza como território para o desenvolvimento dessa relação” (SAISSE *et al*, 2016). Esta compreensão inicial de processos educativos em contextos não escolares foi debatida durante os eventos do EPEA nos anos de 2013, 2015 e 2017. Durante as discussões no GDP no ano de 2013 e por meio da análise dos trabalhos apresentados no evento foi evidenciado que “a apropriação das espacialidades além dos muros da escola era ainda um desafio tanto para educadores quanto para a produção de conhecimento científico acerca desses processos educativos e suas implicações” (SAISSE *et al*, 2016).

SAISSE *et al* (2016) retomam ideias de Gohn (2006, 2014) para o entendimento do significado de “contexto não escolar” do GDP “Educação Ambiental em contextos não escolares”, apresentando as definições da autora a respeito dos conceitos atribuídos à educação “formal”, “informal” e “não formal”,

principalmente no que se refere a intencionalidade e sistematização referente à educação não formal; traz à discussão a ideia de contexto enquanto o “território de pertencimento dos indivíduos e grupos envolvidos” (GOHN, 2014, p. 38) e onde seriam estes territórios, ou seja, os espaços educativos da educação não formal “localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais” (GOHN, 2006, p. 29). Como já apontado, a definição de Gohn (2006) proposta na publicação citada associa o conceito de educação “não formal” enquanto aquela que se desenvolve “fora das escolas”, conceito que em publicações posteriores mudou para “usualmente extramuros escolares” (GOHN, 2009; GOHN 2014), não associando como critério mais importante de diferenciação da educação “não formal” o espaço educativo.

No entanto as autoras assumem como similares os conceitos de educação “não formal” e “contexto educacional não escolar”: “no campo da Educação Ambiental não são novidade os debates sobre o que constitui o *contexto não escolar*, isto é, a educação não formal” (SAISSE *et al*, 2016, p. 143, grifo das autoras). É necessário ressaltar que entendemos que os dois termos apresentam aproximações entre si, mas não se constituem como equivalentes. Saisse *et al* (2016) completam a definição do que seria “contexto educacional não escolar” contrapondo à definição de educação “formal” como educação escolar ou escolarizada e “a Educação Ambiental em espaços outros que não a escola, pode ser denominada como Educação Ambiental não escolar. Daí a escolha pelo recorte do GDP a que nos referimos neste trabalho, ou seja, Educação Ambiental em contextos não escolares” (SAISSE *et al*, 2016, p. 143).

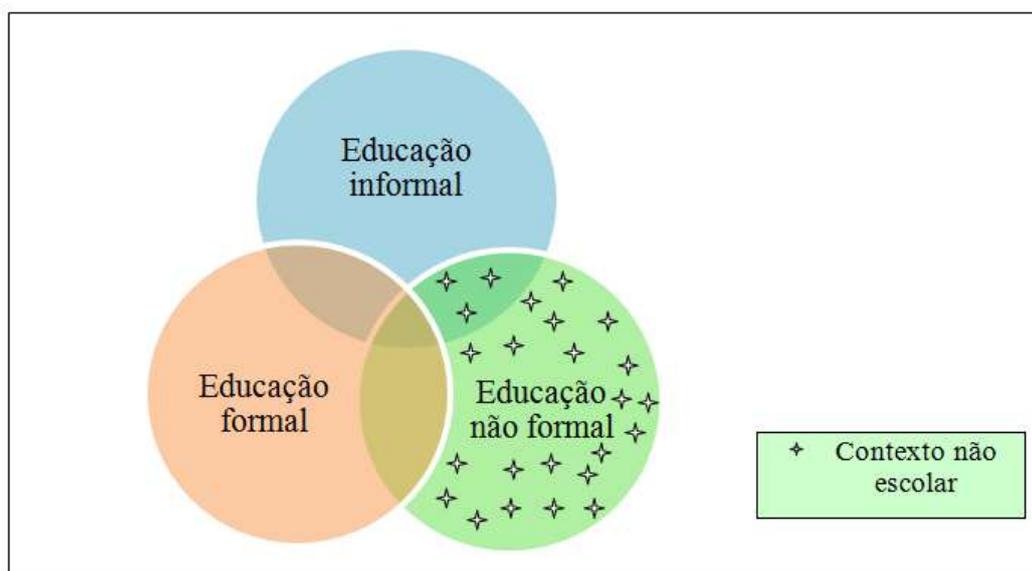
Lopes *et al* (2018) retomam a discussão empreendida acerca do entendimento do termo “contextos não escolares” em relação às pesquisas em educação ambiental e admitem que apesar de ainda haver certa dificuldade quanto a definição desse “contexto não escolar” acreditam ser importante a discussão a fim de aprofundarmos as reflexões acerca da especificidade e dos desafios enfrentados pelas pesquisas na área de educação ambiental em contexto não escolar. Os autores defendem a proposta de considerar como contexto não escolar “o espaço e o contexto fora do ambiente, das práticas e dos processos escolarizados, ou seja, fora dos muros e sem nenhuma relação com a instituição escolar”, esclarecendo que “estudantes podem fazer parte desse contexto, desde que não estejam no tempo da escola e que essa atividade educativa não seja fomentada, proposta e/ou realizada a partir do contexto escolar” (LOPES *et al*, 2018, p. 200). Entretanto enfatizam que essa proposta “teria que ser debatida e aprofundada a partir de mais pesquisas do campo da educação, para que não sejamos levados a falar de galinhas como se fossem patos” (LOPES *et al*, 2018, p. 200).

O entendimento de “contextos educacionais não escolares” apresentado nesse artigo assemelha-se ao proposto pela equipe de pesquisadores do EArte e por Lopes *et al* (2018), cuja publicação foi resultado das últimas reflexões a respeito dessa temática realizada pelo GDP “Educação Ambiental em contextos não escolares” em ocasião da realização do EPEA em 2017. Desta maneira, investigações que buscam compreender processos educativos que foram propostos e/ou desenvolvidos e/ou analisados em espaços fora do ambiente escolar, que não apresentam relações de complementaridade ou colaboração com processos educativos escolarizados e seriam destinados a um público-alvo diversificado poderiam ser denominados enquanto pertencentes ao “contexto educacional não escolar”. Ainda em relação ao público-alvo dos

processos educacionais de contexto não escolar estudantes só poderiam constituir-lo desde que esses processos educativos não fossem “fomentados, propostos e/ou realizados a partir do contexto escolar” (LOPES *et al*,2018).

Na tentativa de organizar visualmente a abrangência e as relações entre o entendimento de “contexto não escolar” apresentado e os processos educativos denominados “formais”, “não formais” e “informais” utilizamos o seguinte diagrama de Venn (Figura 1).

Figura 1 – Relações entre o contexto educacional não escolar e a educação “não formal”, “informal” e “formal”



Fonte: Própria

A partir desse entendimento, segundo o diagrama apresentado, pesquisas em educação que tratam de processos educativos sob a denominação “não formais”, podem compreender atividades que apresentem relações com a educação formal; em relação aos espaços educativos, a expressão “espaços não formais” pode compreender múltiplos espaços, “usualmente extramuros da escola” (GOHN, 2010, 2014), porém com a possibilidade de abranger inclusive o espaço escolar.

Considerações finais

Conforme apresentado no decorrer das seções e na Figura 1, a educação caracterizada como “não formal” compreende uma maior abrangência de espaços educativos e inter-relações com a educação formal e informal; processos educativos em “contextos não escolares” compreenderiam um conjunto que estaria

contido dentro de um conjunto maior denominado “não formal”, mas que não estaria compreendido na intersecção entre o conjunto “formal” e “não formal”. A utilização do descritor “contexto educacional não escolar” seria uma opção de melhor delineamento para estudos nos quais pretende-se investigar processos educativos em espaços outros que não a escola e sem relações com a educação “formal”.

Longe de resolver a questão conceitual que permeia a temática, a revisão apresentada se faz necessária para aprimorar a caracterização de estudos de processos educativos e propor ações direcionadas, tanto no que concerne ao público-alvo como no espaço e atuação do educador, no processo de reflexão/considerações resultantes do trabalho de pesquisa educacional.

Referências

COOMBS, Philip Hall; AHMED, Manzoor. **Attacking rural poverty: how non-formal education can help**. Washington: A World Bank Publication, 1974. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/656871468326130937/pdf/multi-page.pdf>

Acesso em agosto 2022.

EARTE. Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil. Disponível em:

<http://www.earte.net/?page=home> Acesso em: agosto 2022.

EVANS, David. R.; HACKETT, Peter; OSGOOD, John. C. International Perspectives on Nonformal Education. **New England Regional Conference Comparative and International Education Society**. May, 1979. Disponível em:

https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=cie_conferenceproceedings

Acesso em: agosto 2022.

GADOTTI, Moacyr. **A questão da Educação formal/não formal**. Sion, 2005. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/5445484-A-questao-da-educacao-formal-nao-formal.html>. Acesso em agosto

2022.

GHANEM, Elie. Educação formal e não formal: do sistema escolar ao sistema educacional. In: ARANTES, Valeria Amorin. (Org). **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

GOERGEN, Pedro. Teoria e ação no GT Educação Ambiental da ANPED: partilhando algumas suspeitas epistemológicas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 9-30, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, novo associativismo e terceiro setor no Brasil. 22ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. **Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação**, II^a Série, n. 1, p. 35-50, 2014.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; MAROTI, Paulo Sergio. Espacialidades e socialidades da educação ambiental além dos muros da escola. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v. 9, n. 1, p. 95-109, jan./jul., 2014. Disponível em:

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/8855/6172>

Acesso em: agosto 2022.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; ZATTONI, Michelle; BUENO, Fernando Protti. Educação ambiental em contextos não escolares: definindo, problematizando e exemplificando. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v. 7, n. 2, p. 119-131, jul./dez., 2012. Disponível em:

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6865/4968> Acesso em:

agosto de 2022.

LOPES, Priscila Amaro; BUENO, Fernando Protti; SAISSE, Maryane Vieira. Contextos não escolares e pesquisa em educação ambiental: questões e desafios observados nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEAS). **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol.13, n.1 – pags. 196-207, 2018.

MARANDINO, Martha. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? **Ciência e Educação**, Bauru, v. 23, n. 4, p. 811-816, out./dez. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/cmjvH7v4mFZMsdjV5bWLJfM/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: agosto de 2022.

MARQUES, Joana Brás Varanda.; FREITAS, Denise. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. **Educ. Pesqui.**, v. 43, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/7cP6CL6pZdZm6fRT3Yvj4Km/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: agosto 2022.

MFUM-MENSAH, Obed. Fostering educational participation in pastoral communities through non-formal education: The Ghanaian perspective. **International Journal of Educational Development**, v.23, n.6, p.661-677, Nov. 2003.

NOVO, María. La Educación Ambiental formal y no formal: dos sistemas complementários. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 11 p. 75-102, 1996.

SAISSE, Maryane Vieira; OLIVEIRA; Haydée Torres de; DORNFELD, Carolina Buso; AMARAL, Anelize Queiroz. Pesquisa em educação ambiental em contextos não escolares: pertinência do recorte e interfaces entre os grupos de discussão dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA's). **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 11, n. 2, p. 134-145, jul./dez., 2016. Disponível em:

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/11973/7913> . Acesso em: agosto de 2022.

TRILLA, Jaume. A educação não formal. In: ARANTES, Valeria Amorin. (Org). **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

TRILLA, Jaume. **La educación fuera de la escuela: enseñanza a distancia, por correspondência, por ordenador, radio, vídeo y otros médios no formales**. Barcelona: Planeta, 1985.

VÁZQUEZ, Gonzalo. La educación no formal y otros conceptos próximos. In: SARRAMONA, Jaume. VÁZQUEZ, Gonzalo; COLOM, Antoni J. **Educación no formal**. Barcelona: Ariel Educación, 1998.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Submetido: 20/08/2021

Aceito: 12/11/2021